



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO

CPE-Universidade
Partido Operário
Revolucionário [POR]
www.pormassas.org
por@pormassas.org
Ano VI - 15 de Setembro de 2020

Abaixo a contrarreforma administrativa!

Lutar em defesa dos direitos sociais e dos serviços públicos em unidade com a defesa dos empregos, salários dos trabalhadores em geral

No dia 03 de setembro, o governo encaminhou ao Congresso Nacional a sua "Reforma" Administrativa, que passou a tramitar como Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020. Para ser aprovada, deve ser discutida e votada em dois turnos da Câmara e no Senado e obter três quintos dos votos de senadores e deputados.

Guedes/Bolsonaro prometem "economizar" R\$300 bilhões em dez anos, seria a sinalização de que o governo está se esforçando para garantir o teto dos gastos e preservar o pagamento aos credores da dívida pública. Bolsonaro tem oscilado em seu alinhamento com a ala ultraliberal, capitaneada por Guedes, como vimos na desautorização do prosseguimento do Renda Brasil e da reforma Tributária. Em janeiro, Guedes já prometia uma tramitação rápida da reforma administrativa. Por ser uma medida impopular, Bolsonaro freou seu encaminhamento. Apesar dos atritos do Ministro da Economia com Bolsonaro e com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, não se pode esperar que a reforma será bloqueada por esta via. Os presidentes da Câmara, Senado, Judiciário e Executivo estão alinhados na defesa da manutenção do teto dos gastos e na sustentação do parasitismo financeiro. A contrarreforma administrativa será mais um passo neste sentido.

É importante situar a atual proposta no movimento geral do capital de descarregar a crise sobre os oprimidos e explorados. A destruição de direitos dos servidores públicos e o desmonte dos serviços públicos são parte da eliminação de postos de trabalho, redução de salários e desproteção total da força de trabalho. Há um percurso anterior de destruição de direitos dos servidores. FHC acabou com a estabilidade, ao condicioná-la a avaliações de desempenho, mas a regulamentação posterior prevista em lei nunca ocorreu. A criação das Organizações Sociais foram um ataque aos serviços públicos, permitindo a transferência da gestão para instituições privadas que contratam pessoal por vias mais precárias. A contrarreforma trabalhista, de Temer, rasgou a CLT, mas também trouxe efeitos para o serviço público, por exemplo com a regulamentação do teletrabalho. A EC 95 do teto dos Gastos também instituiu os "gatilhos" que devem ser acionados se os governos ultrapassarem o teto, a maior parte recai sobre o funcionalismo: arrocho salarial, impedimento de concursos, dentre outros.

As modificações na previdência também foram parte destas contrarreformas, procurando nivelar por baixo o regime próprio da previdência social, dos servidores, aproximando-o cada vez mais do regime geral, destinado aos trabalhadores da iniciativa privada. A criação da Funpresp, previdência complementar privada, sob os governos petistas, assim como da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), foram medidas que confluiram para a retirada de direitos e quebra do regime jurídico único (RJU). Por meio da Ebserh, o pessoal dos hospitais universitários é contratado via CLT. A legislação sobre a terceirização também propiciou a proliferação dos terceirizados nos serviços públicos e empresas estatais. Vemos que a contrarreforma administrativa, Bolsonaro/Guedes pretendem dar o golpe final aos direitos que permaneceram. **O combate a mais este ataque só pode se dar em unidade com os demais trabalhadores pela revogação das contrarreformas trabalhista, da previdência, EC do teto dos gastos, lei da terceirização, dentre outras.**

Vale lembrar que está em vigor a Lei Complementar 173, que proíbe a realização de concursos até 31 de dezembro de 2021. A previsão do governo é que até 2022, 26% dos servidores

tenham se aposentado e que até 2030, 40% se aposentem. A plano é, por meio das novas regras, desconfigurar totalmente os serviços públicos.

Foco principal é a quebra da estabilidade

A estabilidade do servidor público foi constitucionalizada em 1934, os concursados conquistavam a estabilidade após dois anos e os não concursados, após dez anos, assim como os trabalhadores do setor privado. Sob a ditadura militar, desde o Ato Institucional (AI) n. 1, de 1964, as garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade foram suspensas, levando à punição e demissão de servidores por motivos ditos de "segurança nacional". A constituição de 1967, estabeleceu que apenas concursados poderiam adquirir a estabilidade e, ao mesmo tempo, acabou com a estabilidade no setor privado, a substituindo pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Tratou-se de uma das primeiras flexibilizações capitalistas do trabalho, resultando em ampliação da rotatividade e redução salarial. É importante destacar que sob a ditadura, apenas algumas carreiras do serviço público tinham, de fato, estabilidade, o restante era celetista.

A Constituição de 1988 generalizou a estabilidade para toda a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, no RJU. Deixou de fora, porém, os trabalhadores do setor privado, que nunca mais recuperaram a estabilidade. Com as contrarreformas aplicadas pós ditadura, os concursados convivem cada vez mais com terceirizados e celetistas no serviço público. Na constituição de 1988, já se previa a perda do cargo em caso de sentença judicial transitada em julgado ou processo administrativo com garantia de ampla defesa. Ou seja, a estabilidade nunca significou a impossibilidade de demitir caso haja justificativa.

O governo FHC fez uma reforma administrativa em 1998, ampliou o estágio probatório de dois para três anos e aprovou uma EC estabelecendo avaliações periódicas de desempenho, que tinham como objetivo levar a demissões periódicas. Estabeleceu uma lista bem restrita de carreiras exclusivas de Estado, o que gerou resistências no Congresso. Sem que houvesse a regulamentação de lei complementar, a medida não se efetivou. FHC também aprovou a extinção do RJU, abrindo caminho para contratos sem estabilidade. Trechos desta lei, porém, foram invalidados pelo STF, fazendo com que o RJU tivesse sobrevivido, mas deixasse de ser "único". Bolsonaro/Guedes partem desta experiência e tentam fazer o Congresso aprovar um cheque em branco, sem especificar quais seriam as carreiras típicas do Estado, relegadas a uma votação que exigirá uma quantidade muito menor de votos.

A proposta de Bolsonaro/Guedes é de que só servidores de "carreiras típicas de Estado" terão ingresso via concurso, estabilidade, e estarão protegidos da redução de jornada e salário. Será exigido, antes da efetivação, um vínculo de dois anos de experiência (nem RJU, nem CLT), considerado uma etapa da seleção, em que os mais bem avaliados passarão. Após isso, será exigido ainda um ano de estágio probatório. A pá de cal no RJU será dada com a criação de contratos e vínculos diversos: cargo com prazo indeterminado, via concurso; e, sem concurso: cargo com prazo determinado; e cargo de liderança e assessoramento.

A defesa da manutenção da estabilidade do servidor público não pode ser feita de forma corporativa, com a ideia de que é isto que garante um Estado neutro, acima das disputas partidárias. É preciso retomar a defesa da estabilidade a todos trabalhadores assalariados, no setor público e privado, assim

como a defesa da efetivação dos terceirizados com os mesmos direitos que os concursados. É preciso exigir das centrais e sindicatos que deixem de negociar demissões e defendam realmente o direito ao trabalho, sem o qual as famílias trabalhadoras são privadas das condições mínimas de se sustentar e são jogadas na informalidade, precariedade e, até mesmo, na criminalidade.

Governo mente ao afirmar que servidores atuais não serão atingidos

É frequente que os governos tentem, ao impor suas contrarreformas, colocar obstáculos à resistência e solidariedade entre os trabalhadores. Uma das formas é dizer que as novas medidas só atingirão novos servidores, ou criar regras de transição diferenciadas. Na contrarreforma administrativa, o governo insiste em afirmar que somente os que ingressarem posteriormente no serviço público serão atingidos. É fato que os ingressantes serão muito mais atingidos, com uma perda brutal de direitos. Porém, é evidente que os atuais servidores têm muito a perder. Sem concursos, a carga de trabalho será aumentada. A imposição das avaliações de desempenho enquadrará também os servidores antigos. E, com a inserção de trabalhadores com menores salários e menos direitos, a tendência é de que o governo aproxime estas realidades arrojando salários e limando benefícios atuais. Por fim, a fragmentação dos tipos de contrato tende a dificultar a unidade na luta.

Discurso de combate a privilégios e melhoria da qualidade oculta do privatismo

Após décadas de desmonte dos serviços públicos, os capitalistas se apoiam na precariedade dos serviços para responsabilizar exclusivamente os servidores. Assim, afirmam que este quadro se deve à estabilidade que impediria o controle do trabalho.

Afirmam, que os servidores são privilegiados. É fato que diante da deterioração do mercado de trabalho, atingido pelo desemprego e destruição de legislações protetivas, os servidores públicos acabam tendo maior segurança e melhores salários. Assim, o governo tenta jogar trabalhadores do setor privado contra os do setor público, enquanto esconde sua responsabilidade e a da burguesia pelo atual estado de coisas.

A falsidade do discurso se revela quando se vê que a proposta atingirá as camadas com menor remuneração do funcionalismo e manterá intactos os privilégios de juizes, procuradores, militares e parlamentares.

A denúncia sobre a baixa qualidade dos serviços públicos precisa ser enfrentada com o programa de expropriação da rede privada de ensino, de saúde, previdência, etc. e a criação de sistemas únicos sob o controle operário coletivo.

Sem isso, a denúncia serve apenas à reprodução do ataque neoliberal aos serviços públicos para abrir espaço para a mercantilização dos direitos sociais. O que não combate privilégios e muito menos leva a melhorias na qualidade. A EC 32/2020 pretende incluir como princípio da administração pública a subsidiariedade, abrindo mais espaço para as parcerias com o setor privado, entrega da gestão para Organizações Sociais, compartilhamento de estrutura física e outras formas de privatismo. Restariam ao Estado as funções de polícia, fiscalização e burocracia, conforme alerta o DIEESE.

Centralização do poder no executivo

A contrarreforma administrativa permitirá ao Presidente da República, por meio de decretos (atualmente são necessários projetos de lei), extinguir cargos de ministro, comissionados e de liderança e assessoramento; criar, fundir transformar ou extinguir Ministérios e órgãos subordinados ao Presidente; alterar e reorganizar cargos públicos efetivos do Poder Executivo federal e suas atribuições. A mesma lógica é transposta a estados e municípios, caso não se aprove legislação em contrário.

A previsão, também, é de substituição gradual das atuais funções de confiança e dos cargos comissionados pelos cargos de liderança e assessoramento. Vários mecanismos de eleição entre pares poderão ser substituídos pela ingerência direta do

Executivo. A atuação do governo Bolsonaro com a ingerência em vários órgãos e exoneração de servidores que contrariem sua política mostram que a promessa inscrita na exposição de motivos, assinada por Guedes de que não haverá desligamentos "pelo arbítrio de uma pessoa ou em virtude de motivação", na boca do governo Bolsonaro é apenas mais uma mentira.

Ataque às estatais

A contrarreforma também reforça o entreguismo, ao vedar "reservas de mercado" a "empresas públicas ou sociedades de economia mista ou que impeçam a adoção de novos modelos favoráveis à livre concorrência". Anula a concessão de estabilidade a empregados de empresas públicas, de economia mista ou subsidiárias, igualando os mecanismos de negociação coletiva e individual ao setor privado. Os milhões de demitidos na pandemia são o melhor testemunho das pretensões do governo e dos capitalistas.

Trata-se de mais uma medida pró-imperialista voltada ao desmonte da economia nacional. Os Correios estão no momento em greve, os bancários ameaçam se somar ao movimento, a Petrobrás teve uma importante greve no início de 2020, trabalhadores dos metrô, Eletrobrás, Embraer e tantas outras estatais estão sob a mesma ameaça. Já passa da hora de unificar todos contra os ataques. As centrais sindicais têm o dever de promover as assembleias de todas as categorias e marcar um verdadeiro dia nacional de paralisação que seja o ponto de partida para a reconstrução da greve geral.

Romper a passividade e organizar a luta unitária contra os ataques

As Centrais Sindicais permanecem sob a política burguesa do isolamento social, desmontaram totalmente as lutas, desde o momento em que desmarcaram a greve nacional de 18 de março, e entraram em quarentena. Os trabalhadores foram e continuam sendo golpeados pelas demissões, redução de salários e destruição de direitos. Com o fracasso da política burguesa do isolamento social, incapaz de defender a ciência e a vida da maioria explorada, e dissolução da fronteira entre Bolsonaro e os governadores, alguns setores começam a se mobilizar, sobretudo pela pressão das bases.

As entidades representativas de servidores públicos convocaram um dia nacional de luta contra a Reforma Administrativa, em 30 de Setembro. O Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais indicou às bases que realizem plenárias estaduais junto a entidades dos servidores estaduais e municipais. Não foi marcado nenhum ato virtual, pois a orientação é de que as entidades de base avaliem a possibilidade de fazer atos presenciais (massivos ou simbólicos). Trata-se de uma movimentação acanhada, que não anuncia abertamente um dia de lutas nacional, com atos e assembleias presenciais.

Predomina ainda, o eleitoralismo e a canalização para o terreno jurídico-parlamentar, com a confiança no lobby junto à Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público. Seguem as campanhas inócuas de envio de e-mails para deputados e senadores e outras ações virtuais. A vanguarda com consciência de classe que atua no funcionalismo público tem uma grande tarefa a cumprir para evitar o caminho do corporativismo e fazer da luta contra a EC 32/2020 uma ponte para a unidade com os ecetistas em greve, os demais trabalhadores das estatais, os terceirizados, os trabalhadores do setor privado, os precarizados e desempregados.

Toda força ao Dia Nacional de lutas contra a reforma administrativa em 30 de setembro. Convocar as assembleias presenciais. Criar comitês de luta. Abaixo a Contrarreforma administrativa. Pela revogação de todas as contrarreformas. Que as Centrais Sindicais rompam a passividade e convoquem um verdadeiro dia nacional de lutas e paralisações.

A pandemia do novo coronavírus escancara como a burguesia arrasta a humanidade para a barbárie social. Que a luta pelos empregos, salários, proteção sanitária e educação pública seja o ponto de partida para o combate pelo fim do capitalismo e a instauração de um governo operário e camponês, fruto da revolução e ditadura proletárias.

Aproveitando a pandemia, governos e burocracia universitária enxergam “oportunidades” para “reformular” universidades

“Este momento [a pandemia] abre uma **janela de oportunidade** para a gente repensar e recriar a universidade” assim se manifestou o professor Mozart Neves Ramos, professor da Universidade de São Paulo (USP) e presidente de uma comissão recém-criada no Conselho Nacional de Educação (CNE), em matéria do jornal O Estado de S. Paulo (OESP) no dia 6 de setembro. A “janela de oportunidade”, lembra a “porteira” do ministro Salles, aplicada à educação superior.

Dentre as “oportunidades” que estes dirigentes e o jornal OESP enxergam, aparece em primeiro lugar a diluição das fronteiras entre ensino público e privado, ou colocar as universidades (públicas) para salvar as fábricas de diploma ameaçadas pela inadimplência – que cresceu 51% neste ano, de acordo com a mesma matéria do jornal – e evasão, que teve incremento de 14%.

Mozart propõe a constituição de “redes de cooperação que rompam barreiras entre as instituições públicas e privadas”, ao passo que João Carlos Salles, reitor da UFBA reconhece que na Bahia já estão trabalhando nessa direção “Estamos tentando estabelecer protocolos mais flexíveis de mobilidade acadêmica e até de compartilhamento de espaços físicos entre as instituições, para o aluno acessar um computador para uma atividade remota em uma universidade que não é a sua”.

Outra linha de ataque, implica numa maior interferência na organização da graduação, que, de acordo com o diagnóstico destes dirigentes seria exageradamente “conteudista”, ou seja, padeceria de um “acúmulo de conteúdos em disciplinas”. É o que também pensa o reitor da UNICAMP, Marcelo Knobel, segundo o qual “temos de aproveitar a oportunidade para modi-

ficar a educação superior no que diz respeito ao excesso de engessamento, de conteudismo”.

O remédio seria a aplicação dos mesmos pressupostos das mudanças aplicadas no ensino básico, com a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o que, além de homogeneizar por baixo os currículos, esvaziará ainda mais a graduação, aproximando-a do modelo norte-americano. Essas iniciativas revelam os objetivos do governo para o ensino superior: destruição de forças produtivas pela via do rebaixamento na formação dos profissionais egressos do sistema.

A mentalidade mercantil penetrou profundamente na universidade pública, obscurecendo a gravidade dos ataques perpetrados pelos governos federal e estaduais que visam sua liquidação. Ao invés desse diagnóstico, o que se colocaria seria apenas uma campanha de marketing, conforme OESP: “Knobel põe no topo da lista uma maior aproximação com a sociedade. Dessa forma, como ocorre com memes e fake news, é importante que os **benefícios trazidos pelas universidades** para a sociedade sejam mais conhecidos e se tornem 'virais'. 'Como é possível que as universidades, com tantas novidades e coisas positivas, não tenham milhões de seguidores em redes sociais?'”. Ao invés de organizar a luta para arrancar do Estado condições para o funcionamento das universidades, da pesquisa e da ciência, busca-se que as universidades consigam mais “seguidores em redes sociais”.

No quadro de imobilismo do movimento docente, a burocracia universitária e as oligarquias (das quais o jornal OESP é porta voz) aproveitam para avançar nos seus projetos de desmonte e subordinação das universidades às necessidades do capital.

9º CONAD Extraordinário do ANDES-SN debaterá eleições online para a direção

Em novo Conad Extraordinário online, a Diretoria do ANDES-SN pretende consultar as bases para resolver a questão do mandato da gestão. Tendo sido prorrogado pelo CONAD anterior, agora a maior parte das forças e correntes internas do sindicato nacional defende as eleições online para eleger ainda este ano uma nova Diretoria. Trata-se de um erro sem precedentes.

O CONAD Extraordinário que ocorrerá nos últimos dias de setembro debaterá conjuntura, plano de lutas e a questão organizativa. Como anteriormente, o debate de conjuntura não resultará em aprovação de Textos de Resolução. Agora, no entanto, o plano de lutas será votado. A discussão e aprovação do plano de lutas não passa de formalidade. As resoluções ficarão como palavras ao vento (repercutidas nas lives e redes sociais), pois não são acompanhadas dos métodos necessários (presenciais) para conseguir se contrapor aos ataques do Governo Bolsonaro, governos estaduais e burocracias universitárias.

O Caderno de Textos demonstra que apenas o coletivo Rosa Luxemburgo (parte de antigas diretorias do ANDES-SN) colocou-se contra a votação virtual (Textos 5 e 18). A maioria das correntes e grupos, ligados ou próximos do PT (Textos 2 e 16) e do PSOL, abraçaram as eleições online como uma “inevitabilidade” do momento. O PCB (Texto 3) argumenta contra a eleição virtual, e acaba fazendo uma alegação genérica de que é uma situação difícil que deve ser definida pelos sindicalizados com atenção para as possíveis consequências. Ou seja, faz uma defesa envergonhada da eleição virtual, mantendo sua unidade com o grupo da direção atual, onde predomina a política do PSOL. Os defensores da eleição virtual, chamada também de telepresencial, alegam a impossibilidade de realizar as eleições presenciais este ano (o que é correto, diante do fechamento dos campi). O RenovaAndes (O Trabalho-PT e satélites) argumenta que a situação mudou e é necessário “renovar a direção”, quer a eleição virtual projetando que será esta nova direção ajustada à necessidade de uma “frente ampla” eleitoral e que poderá apare-

lhar o Andes para tal finalidade. Já no Conad anterior, defendeu o voto virtual. A gestão atual, assim como os que se alinham a ela, se opõem à prorrogação do mandato alegando questões individuais dos diretores como o desgaste e projetos pessoais. Sendo assim, a prorrogação até 2021, única saída correta (defendida pelo coletivo Rosa Luxemburgo), é rejeitada na maioria dos textos. De qualquer forma, trata-se de uma capitulação histórica cujas consequências ultrapassam este momento de “excepcionalidade” e que, sem dúvida, repercutirão no próximo período.

O veto ao voto por procuração e virtual foi inserido no Estatuto do Andes em resposta às práticas antissindicalistas impulsionadas pelo PROIFES (criado pelo PT para dividir o movimento docente sob o governo Lula). Vários sindicatos pelegos utilizam eleições virtuais de forma regular, mesmo antes da pandemia. Trata-se de uma forma que distancia ainda mais a direção das bases, reforça a burocratização e atomiza os professores, que apenas registram suas posições, sem o debate democrático das assembleias e campanhas eleitorais. A própria Direção do ANDES-SN soltou uma nota política em 26 de maio se solidarizando com os professores que rejeitavam as eleições online no SINPEEM (sindicato dos trabalhadores de educação do município de São Paulo). Agora, de forma incoerente, e assimilando um método antissindical e reacionário, capitula diante do atual cenário.

Não é casual que a adesão ao voto virtual se apoie na legislação bolsonarista (Lei 14010/20, prorrogada como Lei 14030/20) que permitiu as assembleias e eleições virtuais mesmo para as entidades que proibiam tais práticas. A política burguesa do isolamento social (diferente da medida científica, inaplicável pelas mãos da burguesia, sobretudo na formação social brasileira) teve como um de seus braços o desmonte total da luta dos explorados. As direções traidoras clamaram a Bolsonaro uma unidade nacional contra o vírus e iludiram suas bases

com uma aliança com os governadores, capitaneada por Doria. As assembleias virtuais só serviram para legitimar acordos de redução de salários, aumento da exploração do trabalho e destruição de direitos. Nenhuma serviu para organizar a luta, pois as direções só ofereciam meios virtuais para combater ataques frontais do Estado e patronato. A Corrente Proletária na Educação, corrente sindical do Partido Operário Revolucionário, alertou desde o início que não poderíamos confiar na burguesia para defender a vida da maioria explorada e oprimida. Era óbvio que eles usariam o isolamento para descarregar todo o peso da crise econômica e pandêmica sobre os trabalhadores. O saldo de mais de 132 mil mortes se soma às mazelas de milhões de desempregados e precarizados. A ONG britânica OXFAM já prognostica que nos últimos meses de 2020 morrerão a mesma quantidade (ou mais) de pessoas no mundo, do que de coronavírus. O que mostra concretamente que o #fique em casa só pôde ser usufruído pela burguesia e camadas da pequena-burguesia e que era necessário manter a independência de classe e os métodos próprios de luta, com assembleias e comitês presenciais, para arrancar do Estado a defesa real da vida da maioria.

A adoção dessa prática não pode ser descolada da escalada autoritária que cresce no país. Não se pode também dissociar o conteúdo da política dos métodos e formas em que se processa. Tal separação leva à destruição do sindicalismo classista, dando suporte às práticas antissindiais que transformam as entidades em aparelhos de grupos, correntes e partidos e em entidades assistenciais, colaboracionistas. Há uma razão para que as deliberações, sejam as das assembleias, dos congressos, das eleições ocorram presencialmente, porque elas permitem a unidade entre discussão e deliberação, colocando a mobilização e a lutas coletivas como um fundamento da existência das entidades.

As decisões remotas quebram esta unidade, e quebram, não somente por uma ação política das burocracias, mas pela própria natureza desses métodos de deliberação virtuais. Um

exemplo gritante e atual que se pode dar é o da FINDECT, uma das federações dos trabalhadores dos correios: enquanto os ecetistas estão nas ruas fazendo atos, panfletando, realizando piquetes, a direção da entidade resolve deliberar pela continuidade ou não da greve por meio de assembleias online, com credenciamento prévio, como ocorreu com o sindicato de São Paulo, filiado à Federação. Ou seja, a direção submete os grevistas que estão nas ruas lutando pelos interesses gerais àqueles que não estão em greve, mas podem, furando a greve, decidir se o movimento continua ou não. Este exemplo revela, de um lado, um grau de apodrecimento da burocracia, descolada da base que realiza nas ruas a greve, e, de outro, expõe como o método das “deliberações online” está em contradição com a própria luta, quebrando a sua força coletiva e mobilizadora.

Chamamos os professores com consciência de classe a observarem que os mesmos partidos que dizem que a luta presencial é impossível, já começam a se aglomerar nas feiras populares para caçar votos. Medidas que foram condenadas quando realizadas por Bolsonaro, motivando até processos de impeachment, agora se tornarão comuns aos candidatos da esquerda eleitoreira.

As eleições virtuais são uma farsa (assim como o ensino remoto) que abrirá caminho para uma maior despolitização da categoria e uma destruição ainda maior do sindicato enquanto instrumento de luta dos trabalhadores. A Corrente Proletária na Educação é contrária à realização de espaços deliberativos virtuais, por isso não participará do CONAD virtual. É preciso rejeitar as eleições virtuais, preservando os princípios do sindicalismo classista! É urgente retomar as assembleias presenciais da categoria e em unidade com estudantes, técnicos e demais trabalhadores. Precisamos aplicar todas medidas de biossegurança a nosso alcance. Para defender de fato a vida das maiorias, os empregos, salários e direitos, é preciso voltar a ocupar as ruas.

UFAM: Direção da ADUA propõe eleição virtual e assembleia aprova

No dia 11 de setembro ocorreu uma assembleia virtual para debater se a seção sindical, que deveria ter realizado eleições no primeiro semestre, deveria realizar eleições online ou manter a prorrogação da atual gestão.

A diretoria apresentou a sua posição favorável às eleições virtuais ao argumentar que não é possível realizar eleições presenciais com a universidade fechada e com a contaminação ainda em alta e por afirmar que alguns diretores não poderiam permanecer na gestão, já estendida, em função de questões pessoais. A diretoria também afirmou que esta é a posição que se debate no interior da direção do ANDES-SN e que o 9º Conad Extraordinário, também online, deliberará.

De fato, não é possível realizar as eleições presenciais neste momento. No entanto, não havendo esta possibilidade, a única plausível e aceitável era e é da prorrogação dos mandatos, tanto da seção quanto do sindicato nacional. Contra esta posição classista, os membros da diretoria alegaram os problemas pessoais que têm enfrentado e a dificuldade de manutenção das atividades sindicais. A questão, no entanto, não é pessoal. Mesmo que não houvesse nem mais um diretor na seção, o problema seria da categoria e da direção nacional do ANDES-SN, já que se trata de uma seção de um único sindicato. A discussão, portanto, não poderia ser resumida a impedimentos individuais, por mais legítimos que sejam. Nenhum diretor está impedido de abdicar de sua função. O que estava e está em jogo é a decisão política de assumir um método antissindical e reacionário.

Além disso, alegou-se que a decisão era conjuntural, excepcional, e que não se alteraria o regimento nem da seção nem o estatuto da entidade, apoiando-se, circunstancialmente, no regime jurídico excepcional que valerá até o final de dezembro. Isto é uma falácia. Os defensores da proposta não puderam rebater a crítica de que tal posição repercutirá para além desse momento de “excepcionalidade”.

Na assembleia da ADUA, a posição da diretoria ganhou com 67% dos votos e, além de valer para a seção, deve ser encaminhada para o 9º CONAD extraordinário, que decidirá as eleições nacionais.

Conselheiros da UNIR propõem o ensino remoto (EaD) para retomar as aulas

Para o retorno das aulas neste segundo semestre, o Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), da UNIR, votou uma resolução de número 254, no dia 09 de setembro de 2020, apoiando-se na Portaria do MEC nº 544, de 16 de junho de 2020, que permite as atividades remotas (EaD).

Nos diversos campi da universidade, a burocracia já convocou reuniões extraordinárias para impor as medidas que indicam flexibilização das ofertas das disciplinas para os estudantes e, ao mesmo tempo, já aparecem os dispositivos de cobrança de produtividade de professores e funcionários.

As pesquisas entre os chefes de departamento apontam que, de 23 cursos ofertados pela universidade, 12 se mostraram favoráveis enquanto 9 estão discutindo o retorno mas indicando problemas quanto ao acesso dos estudantes à internet, sem apontar a própria precariedade desta modalidade de ensino.

O fato também é que não há efetiva condição para entrar em contato com os estudantes para que possam apresentar as impossibilidades que têm. São decisões que estão sendo tomadas sem ouvir a maioria. Sequer foram os professores convocados presencialmente para demonstrarem suas dificuldades em ofertar aulas por ferramentas de ensino remoto. As discussões online giram apenas em “aceitar” ou “não” as aulas remotas.

O ensino superior público que já vinha sofrendo há décadas com políticas de sucateamento, com expansão do ensino privado, com a adoção do EAD, agora, com o governo Bolsonaro aproveitando-se da pandemia, vê a imposição do ensino remoto, que permite o maior sucateamento do ensino público, com diminuição de seus recursos, e a expansão ainda maior do ensino privado, via EAD.